

[Transcrição - Temacast #66 – Conde de Bobadela \(Brasil Colônia no séc. XVIII\)](#)

[Info Transcrição](#)

Participantes do programa:

Francisco Seixas

Igor Alcantara

Jorge Virgílio

Equipe de Transcrição

Carlos Barbosa - <https://www.linkedin.com/in/carlos-barbosa-15491b47/>

Fernanda Marini - Twitter: @femardini

Gláucia França

Karla Michelle Braga - Facebook: <https://www.facebook.com/kmmeneses/>

Rafael Rezende - Twitter: @KoreiaPS

[ABERTURA]

[00:23]

[Francisco Seixas]

Muito bem meus amigos, está começando mais um Temacast.

Aqui é Francisco Seixas e participarão deste episódio o Igor Alcantara:

- Olá ouvintes.

(...) e o Jorge Virgílio:

- Olá ouvintes e como diria Cícero: Aquele que desconhece a história toda vida será criança

Este é o Temacast número 66 e vamos falar do mais importante – e polêmico – governador do período colonial brasileiro, **Gomes Freire de Andrada, o 1º Conde de Bobadela**.

Mas antes de começarmos, não se esqueça também que o Temacast **não** chega até você pelo apoio da **Casas da Banha**, mas sim através da doação de ouvintes que todo mês contribuem para a realização do programa, como por exemplo a **Adriane Melo** e o **Inácio Medeiros**. Se você quer fazer parte do nosso time de mecenas e ajudar o Temacast a crescer, entre em nosso site temacast.com.br e descubra mais. Você também pode entrar diretamente em um desses links: patreon.com/temacast ou em apoia.se/temacast.

Nós vamos para o cast agora, mas lembre-se que nossa leitura de emails e comentários passou a ser feita através de um hangout ao vivo, portanto fique ligado nos eventos em nosso grupo do facebook, o SaibaMais, cujo link está no post deste episódio. Então, boralá!

[2:00]

[INÍCIO]

Introdução: geopolítica luso-espanhola no início do século XVIII

Apenas para contextualizar a situação geopolítica do mundo e do Império português no início do século XVIII, vamos mencionar brevemente um evento que marcou o início desse século e que repercutiu em toda a Europa: a **Guerra de Sucessão Espanhola**, ocorrida entre 1701 e 1714.

Essa guerra foi iniciada após a morte do último monarca espanhol da casa dos Habsburgo, Carlos II de Espanha, que faleceu em 1700 sem deixar herdeiros. Como nas suas primeiras núpcias, Carlos II havia se casado com uma nobre francesa, D. Maria Luísa d'Orléans, sobrinha-neta de ninguém menos que o Rei-Sol, Luís XIV, o monarca francês aproveitou a oportunidade oferecida pelo falecimento de um rei sem herdeiros para entronar um de seus muitos netos, Felipe d'Anjou, como o rei Felipe V de Espanha, dando início a dinastia Bourbons na Espanha. Luís XIV baseava as suas pretensões num suposto testamento deixado por Carlos II. Entretanto, como essa união dinástica entre as duas maiores potências militares da Europa tornaria o rei da França o senhor incontestado do continente, a coroação de Felipe d'Anjou foi contestada pelos Habsburgo da Áustria, que formaram então uma aliança com as cortes de Portugal e do Reino Unido para destronar Felipe e re-equilibrar a força bélica das Cortes europeias.

A Guerra da Sucessão Espanhola teve vários desdobramentos para as colônias americanas, e uma delas foi que o Brasil, mais especificamente o Rio de Janeiro, então o principal responsável pela defesa da fronteira sul da América portuguesa com a América espanhola, sofreu duas invasões de corsários franceses durante esse período. A primeira delas, em 1710, era composta por sete navios e 1500 homens sob o comando de Jean-François Duclerc, mas acabou fracassando e terminou com o aprisionamento de 600 franceses e a morte de outros 600, incluindo o próprio comandante, assassinado na prisão. Em 1711, Luís XIV autorizou uma segunda investida contra o Rio de Janeiro, comandada por René Duguay-Trouin, mas dessa vez com um efetivo bem maior: 15 navios e 4000 homens. A segunda invasão foi bem sucedida e terminou com a rendição da cidade, que teve que pagar um resgate milionário aos corsários franceses para evitar a sua completa destruição, além da libertação dos franceses capturados no ataque anterior. Pelo sucesso da empreitada, Duguay-Trouin foi recebido por Luís XIV no Palácio de Versailles e consagrado herói nacional por haver derrotado “a mais bela cidade colonial portuguesa.”

Após os eventos de 1711, toda a defesa do Brasil passaria por uma reestruturação, visando uma maior cooperação militar entre as colônias e uma centralização dessas forças militares sob um único comando no Rio de Janeiro. Além disso, os eventos da Guerra da Sucessão acabaram por enfraquecer o reino espanhol, que jamais voltaria a se recuperar, perdendo em definitivo a sua primazia terrestre para os franceses, e a naval, para os britânicos. Com o enfraquecimento da Espanha, ampliou-se também as investidas dos luso-brasileiros nas terras além do Tratado de Tordesilhas, em particular após a descoberta de grandes jazidas de ouro e diamante no sul da América Portuguesa, na região que hoje compreende os Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Em 1712, D. João V nomeia Francisco de Távora como governador do Rio de Janeiro, imbuindo-o da missão de tornar a Baía de Guanabara inexpugnável a novas ofensivas estrangeiras. Para tal, Távora deveria levar novos engenheiros da metrópole para auxiliar aqueles que já se encontravam na colônia, e juntos o grupo deveria construir novas fortificações para garantir a segurança da região. A proposta da construção de uma muralha envolvendo a cidade do Rio acabou se mostrando impraticável devido a própria geografia local e pelo aumento do perímetro da cidade, que começava a não ter mais espaço edificáveis na sua configuração original entre as quatro colinas onde foi inicialmente erguida. Além disso, o comércio exterior era cada vez mais intenso na cidade, criando-se uma necessidade cada vez maior de aumentar o cais. Por fim, optou-se por aumentar o número de canhões e fortalezas ao redor da Guanabara, utilizando certos pontos estratégicos da geografia local como o alto do Morro da Conceição e a Ilha das Cobras.

[7:03]

[Igor Alcantara]

Centralização do governo colonial e o sonho da capital americana

Filho de Bernardino Freire de Andrade e de D. Joana Vicência de Meneses, Antônio Gomes Freire de Andrada nasceu em Portugal, no ano de 1688, na extinta freguesia de Juromenha, hoje parte da vila de Alandroal, no distrito de Évora, na região do Alentejo, bem na divisa com a Espanha. Na juventude estudou línguas clássicas, como o latim e o grego, e também modernas, como o espanhol e o francês, além de ter estudado filosofia e retórica.

Mais tarde estudou no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, entretanto não veio a completar o curso. Seus estudos em Coimbra foram interrompidos devido aos eventos da Guerra da Sucessão Espanhola. A fase inicial da guerra ocorreu na terra natal de Gomes Freire, no Alentejo. Em 1704, o seu pai Bernardino foi capturado por forças franco-espanholas em Portalegre, em Portugal, o que o levou a abandonar a universidade e a se alistar no exército português.

Dois anos depois, em 1706, o seu pai foi libertado da custódia espanhola, entretanto Gomes Freire seguiu no serviço militar, tendo servido durante 23 anos no Regimento de Alentejo, entre 1710 e 1733, onde alcançou o posto de capitão de cavalaria. Nesse período em que esteve no serviço militar, Gomes Freire acabou por adquirir um sólido treinamento militar e por ampliar muito a sua rede de contatos com outros oficiais portugueses, o que se revelaria muito útil para a sua carreira futura como administrador colonial.

Devido a sua atuação na Guerra de Sucessão e visando melhorar a defesa das colônias portuguesas, ainda atemorizadas pela invasão do Rio em 1711, além de claro combater o contrabando de ouro, Gomes Freire de Andrada foi nomeado para o cargo de governador e capitão-geral da Capitania do Rio de Janeiro. Assumiu o posto em 23 de julho de 1733 e no dia no dia seguinte, como explicou em carta ao rei de Portugal, D. João V, já teve que resolver alguns embates em torno de extravios de ouro: três homens do Regimento de

Paraibuna e um escravo haviam sido descobertos em posse de ouro em pó e grande quantia de dinheiro.

Na carta, Gomes Freire justificava ao rei a necessidade de tomar “providências imediatas” em relação aos criminosos devido a grande demora nas comunicações com a metrópole. Em realidade, Gomes Freire buscava criar com esse fato um precedente para justificar outras decisões autônomas que viria a tomar e que sobrepujavam os seus poderes e suas funções enquanto governador do Rio, já que, entre outras coisas, o tribunal das colônias era sediado em Salvador, não na região que ele governava, Rio de Janeiro.

Conhecendo bem as brechas do ordenamento jurídico da Coroa, o governador sabia que as instruções régias poderiam ser desobedecidas desde que essa valorização dos poderes locais em detrimento do poder central fosse feita em benefício da Coroa. Como nesse momento, na passagem do século XVII para o século XVIII, a baía do Rio de Janeiro se projetava como principal região do Império Português, tanto como conexão com as regiões do ultramar quanto como região de contato com as minas de ouro e metais preciosos, Gomes Freire sabia que a sua “desobediência” a ordem jurídica passaria impune, uma vez que havia sido justificada como sendo “conveniente” ao serviço real.

Três anos mais tarde, em 1736, usando a mesma justificativa, Gomes Freire anexaria a Capitania das Minas Gerais ao Rio de Janeiro, após o falecimento de seu governador. Alegando em carta que ocupação preventiva de Minas era necessária para garantir a ordem, Gomes Freire assumiu o governo mineiro antes mesmo da deliberação do Conselho Ultramarino e a revelia do colegiado local. Entretanto, como já era esperado pelo governador, quando a resposta do conselho chegou, meses mais tarde, ela foi favorável a sua “atitude empreendedora”. Na carta, o Conselho ratificava a nomeação de Gomes Freire para a governadoria das Minas alegando mais uma vez que a ocupação era “conveniente ao serviço real.”.

[É devagar, devagarinho...]

É importante lembrar que desde o final do século XVII, a política adotada pelos monarcas da casa de Bragança havia sido a de centralizar ao máximo o governo do império português. As atitudes de Gomes Freire eram, portanto, bastante “convenientes” - para usar o mesmo termo escolhido pelo Conselho Ultramarino - a essa política centralizadora. E melhor: como elas eram colocadas como atitudes unilaterais do governador do Rio, a Coroa escapava do constrangimento de ser tida como muito autoritária. As vistas grossas que a Coroa fazia em relação às atitudes despóticas de Gomes Freire ficaram mais uma vez evidenciada quando no ano seguinte, em 1737, ele decidiu ocupar uma nova capitania. Dessa vez, a Capitania de São Paulo.

Em um documento extenso e muito bem detalhado, Gomes Freire alegava ao Conselho Ultramarino que devido a “instabilidade política” em São Paulo, causada pelas disputas das elites locais quanto a sucessão da governadoria, ele havia sido obrigado a ocupar a capitania, mesmo antes de receber o

consentimento real para isso. Alegava ainda que as elites locais eram incompetentes e impediam o desenvolvimento da região, utilizando como argumento a “visível pobreza” da maioria dos habitantes de São Paulo e a total desorganização do Centro-Sul do Brasil, de Santos até a Colônia do Sacramento (no Uruguai), além do contrabando desenfreado das recém-descobertas minas de Cuiabá e de Goiás.

Mazelas essas que na sua visão eram causadas por disputas familiares e particulares em detrimento do interesse público. Segundo Gomes Freire, era preciso disciplinar toda essa região do Brasil, tanto na guerra quanto na paz. E nas suas próprias palavras, essa disciplina só poderia vir do “governador desta capitania [do Rio], a que devem ser todos subordinados, e ele responsável por elas.”.

O Conselho Ultramarino, envolvido pela retórica de Gomes Freire, acabou por deliberar em favor de sua proposta, permitindo que ele continuasse a ocupar simultaneamente os governos de São Paulo, Minas e o do Rio de Janeiro por tempo indefinido. No período em que ocupou as capitanias de Minas e São Paulo, Gomes Freire delegou o governo do Rio de Janeiro a governadores interinos, contudo a documentação deixa patente que esses governadores interinos eram apenas “fantoques”, pois a todo o momento Gomes Freire interferia no governo do Rio. Matérias políticas de mais alto grau eram sempre reservadas a ele, não importava onde se encontrasse fisicamente. Por volta de 1743, o governador já possuía uma rede extensa de relações no Centro-Sul.

Além disso, o Secretário de Estado português, **Sebastião José de Carvalho e Melo**, o futuro Marquês de Pombal, que era o governante *de facto* de Portugal nesse período, era amigo íntimo de Gomes Freire, com quem sempre se correspondia sobre os mais variados assuntos, inclusive assuntos familiares. Ambos tinham visões semelhantes sobre a reestruturação do império, entre elas partilhavam da ideia defendida pelo conselheiro de D. João V, o diplomata **D. Luís da Cunha**, de transferir a capital de Portugal para o Brasil.

D. Luís da Cunha, que entre outras coisas participou das negociações de paz da Guerra de Sucessão Espanhola, escreveu no fim de sua vida, em 1736 (logo nos primórdios da governadoria de Gomes Freire no Rio, portanto), numa carta intitulada “**Instruções Políticas**”, dirigida a seu amigo e discípulo, o também diplomata **Marco Antônio de Azeredo Coutinho**, orientações ao rei português em que destacava a necessidade de transferir a capital de Portugal de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Ali, na visão de D. Luís, o monarca poderia assumir a coroa não apenas de “rei dos portugueses”, mas de “Imperador do Ocidente”. Na carta, ele enumerava diversas razões pela qual o Rio se destacava como a capital ideal do império pluricontinental português, sendo a principal dentre essas motivações a sua centralidade no controle do litoral da América portuguesa e na rota entre o atlântico e o pacífico. A seu ver, “[No Rio de Janeiro] A mesma conveniência [em controlar a América Portuguesa] teria Sua Majestade para sustentar o Estado da Índia, e os estabelecimentos que tem na dita costa da África, animando o comércio

de Moçambique, da China, da Pérsia, do golfo de Bengala, e da costa do Coromandel.”

[16:59]

[Francisco Seixas]

Após esses anos de contato com as lideranças cariocas, mineiras, paulistas e de outras regiões do Centro-Sul e mesmo do Norte do país, Gomes Freire havia sido capaz de identificar as fragilidades dessas elites de modo a manipulá-las para exercer a legitimidade política do cargo que ocupava. Em particular, de levar a cabo a construção de uma centralidade luso-brasileira entorno do Rio de Janeiro. Era o início do processo de unificação das colônias.

[17:28]

[Jorge Virgílio]

Pois é, né pessoal, a gente vê que ele estudou pra caramba lá em Coimbra né? Pelo menos alguma coisa ele aprendeu por lá.

[música]

[17:43]

Desmembramento de São Paulo e criação de novas capitânias

Como nós já havíamos comentado lá atrás no **episódio #64** sobre o Salvador de Sá, o comércio de escravos, tanto indígenas quanto africanos, para as minas de prata de Potosí, e o contrabando de metais preciosos nessa região eram de grande importância tanto para o Rio de Janeiro quanto para São Vicente e São Paulo. A presença de lideranças luso-brasileiras na região era comum, inclusive através de casamentos com líderes hispânicos, tal qual o próprio Salvador de Sá, como comentamos no episódio que tratamos dele. Por essa razão, os governadores do Rio desde aquela época pretendiam anexar a cidade de Buenos Aires, que era a principal praça na foz do Rio da Prata.

A autorização da Coroa pra essa empreitada, contudo, ela vinha sendo postergada. Até que em 1679 o novo governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, ele decidiu retomar o plano adiado de estabelecer um controle português na foz do Rio da Prata. E ali, em cooperação com o capitão-mor de São Vicente, Diogo Pinto do Rego, Manuel Lobo organizou então, uma expedição para a região platina. A missão, no entanto, não seria mais a de conquistar Buenos Aires, que o rei de Portugal não aprovou essa parte, mas então a de estabelecer um porto concorrente na banda oriental do Rio da Prata. A missão foi bem-sucedida e foi estabelecida ali a Colônia do Sacramento. O governador de Buenos Aires, D. José de Garro, informou imediatamente o ocorrido a seus superiores na Corte espanhola, e recebeu a autorização régia para invadir Sacramento. Em agosto de 1680, Sacramento foi tomada e os luso-brasileiros que ali se encontravam foram aprisionados. No ano seguinte, foi estabelecido um tribunal, moderado pelas Cortes de Roma, Paris e Londres, para discutir o direito dos portugueses sobre a sua nova possessão. Em 1683, apesar da nova colônia estender os limites da América Portuguesa para além do Tratado de

Tordesilhas, o tribunal internacional decidiu em favor de Portugal, obrigando a Espanha a devolver Sacramento aos luso-brasileiros.

E só pra comentário, um aparte aqui, havia uma grande união nas cortes europeias, quando se tratava de ferrar com a Espanha, então normalmente as pessoas decidiam contra a Espanha.

Devido à importância estratégica da região, o capitão-mor de Sacramento, Duarte Teixeira, não teve dificuldade de encontrar colonos para se fixar ali, lembrando que era por ali que passava toda a prata. O rápido crescimento populacional de Sacramento, no entanto, atemorizou os portenhos, os habitantes de Buenos Aires, que temiam serem atacados pelos luso-brasileiros a qualquer momento (afinal, agora eles estavam separados da fronteira com Portugal apenas por um rio). Assim, em 1704, aproveitando-se da cessação das relações diplomáticas entre Portugal e Espanha devido a Guerra de Sucessão, o governador de Buenos Aires, Alonso Juan de Valdes e Inclán, autorizou um novo ataque a Sacramento. A cidade foi sitiada por alguns meses, até que teve que ser evacuada. Esse episódio ficou conhecido como o **“Sítio da Colônia do Sacramento”**. Para evitar que os brasileiros voltassem à Sacramento, essa primeira versão da cidade foi completamente destruída pelos portenhos.

No entanto, pouco tempo depois, em 1716, como o fim da Guerra de Sucessão, os portugueses readquiriram novamente o direito de povoar a região e Sacramento é refundada. Iniciava-se assim a maior fase de esplendor de Sacramento, sob o comando de António Pedro de Vasconcelos, um período ali de 1722 a 1749, que é o período de onde data a construção da maioria dos marcos históricos atuais da cidade. Aliás, como a cidade de Paraty e de Sacramento foram erguidas na mesma época e no mesmo contexto histórico, elas tem muitas semelhanças físicas entre si, razão pela qual a Colônia do Sacramento é muitas vezes referida como “a Paraty do Uruguai.” Se os ouvintes procurarem na internet, fotos tanto de Paraty quanto de Sacramento, verão que as cidades têm bastante semelhança em algumas ruas e em alguns prédios.

Em 1723, para conter o crescimento de Sacramento, o governador de Buenos Aires, que agora era Bruno Mauricio de Zabala, manda erguer um forte na banda oriental do rio da Prata, já que ele não tinha mais autorização pra acabar com a cidade, então ele ia pelo menos, tentar limitar o seu crescimento. Em 1726, o forte acabou dando origem a uma nova cidade: Montevideú, hoje, a capital do Uruguai. Em 1735, já sob o comando centralizador de Gomes Freire, que a gente já vinha mencionando, começam as grandes obras de fortificação de todo o litoral da “repartição sul”.

A convite de Gomes Freire, o brigadeiro e engenheiro militar, José da Silva Paes, natural de Lisboa, que era seu amigo dos tempos de caserna, a gente comentou lá atrás que ele fez muitas amizades neste período em que ele esteve lá no regimento de Alentejo, então ele convida o José da Silva Paes para vir para o Rio de Janeiro, onde o José Paes realiza algumas obras de fortificação na Baía de Guanabara e na barra da vila de Santos, inclusive, neste período em que o José Paes esteve no Rio de Janeiro, ele foi governador

interino da Capitania do Rio, ali mais ou menos em 1736 quando Gomes Freire se ausentou para ir até MG, ocupar o cargo de governador de MG. Uma das principais obras de José Reis na cidade do Rio foi a fortaleza da Ilha da Madeira (que atualmente se chama ilha das Cobras), que na época foi a maior fortaleza construída no continente americano, então, isso mostrava que, depois do ataque de 1711, os portugueses tinham finalmente tomado vergonha na cara e passaram a proteger um pouco melhor as suas colônias. Pouco tempo depois, José Paes é enviado por Gomes Freire à colônia do Sacramento, para reforçar também as defesas da cidade. E nesse período que o José Paes esteve no sul, ele escreveu uma carta, recomendando ao Gomes Freire que ele deveria criar uma nova cidade entre Sacramento e Laguna, de modo a ligar por terra esses dois núcleos portugueses e fortalecer assim, a defesa do litoral do extremo sul do Brasil. Se você olhar no mapa, você vê que tem uma distância bastante longa entre Laguna e Sacramento.

O local escolhido por José Paes foi a desembocadura de um grande rio, que na realidade se trata da Lagoa dos Patos, na região que era então conhecida como “continente de São Pedro”, onde fundou, em 1737, a colônia do “Rio Grande de São Pedro” (atual cidade de Rio Grande), de onde se originaria mais tarde a Capitania do Rio Grande de São Pedro (gênese do atual Estado do RS, que é onde o Francisco Seixas mora). Como a região do Rio Grande era uma região bastante isolada, ela funcionou nos seus primeiros anos como colônia penal até que a região conseguisse se desenvolver populacional e economicamente. Que era uma coisa bastante comum, não só entre os portugueses, mas entre os europeus de um modo geral, inicialmente as cidades começavam como colônias penais.

No ano seguinte, em 1738, por recomendação de Gomes Freire ao rei D. João V, a Ilha de Santa Catarina e toda a região que compreende o litoral do Rio Grande do Sul até o Uruguai, com exceção da vila de Laguna, foi retirada da jurisdição da Capitania de São Paulo e passaram a constituir uma capitania própria: a Capitânia de Santa Catarina, cuja sede era a vila de Nossa Senhora do Desterro na Ilha de Santa Catarina (a vila de Nossa Senhora do Desterro, hoje é a cidade de Florianópolis). Entretanto, em 1740, a vila de Laguna também passou a jurisdição de Santa Catarina. O primeiro governador e capitão-geral escolhido para Santa Catarina foi o brigadeiro José Paes, o mesmo que tinha feito aquelas fortificações no Rio e em Sacramento e fundado o Rio Grande e que durante a sua governadoria em Santa Catarina, também realizou grandes obras de fortificação da ilha-sede da nova capitania, que deveria servir de “eixo logístico” para que o Rio de Janeiro mantivesse o controle das colônias mais ao sul. Ele projetou um complexo de fortalezas que rodeavam a ilha e asseguravam a sua defesa: na baía ao norte da ilha, por exemplo, ele construiu as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonés, e na barra ao sul da ilha, ele construiu a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba. Inclusive, se você for a Florianópolis, você pode visitar essas fortalezas, pelo menos as ruínas delas estão lá até hoje.

A partir de 1748, inicia-se ali, a segunda fase da administração do governador Gomes Freire, em que ele ampliou a sua jurisdição para toda a região centro-sul do Brasil (o que seria equivalente hoje às regiões Sudeste, Sul e Centro-

Oeste, então mostrando que foi expandindo, ele era só governador do Rio de Janeiro e agora ele era governador de toda essa região). Como já havíamos dito anteriormente, ele já havia adquirido informalmente o controle de boa parte dessa região, mas em 1748 ele ganha da Coroa o controle oficial da “repartição sul”. Não era mais um controle informal.

Essa centralização da administração visava aumentar o controle sobre a mineração nas Gerais e numa melhor organização nos trabalhos de demarcação das fronteiras da América Portuguesa com a América Hispânica, que tinham ficado ainda mais confusas depois que o Tratado de Tordesilhas começou a ser rompido oficialmente, territórios que antes não pertenciam a Portugal, agora passaram a ser reconhecidos internacionalmente como sendo portugueses. Ao mesmo tempo que passou a ser o governador de todo o centro-sul, Gomes Freire também foi nomeado “primeiro comissário português” para a demarcação das fronteiras, que eram ainda indefinidas neste momento, então, quer dizer, ele acumulava ali, dois cargos de extrema importância para a coroa portuguesa.

[27:03]

[Francisco Seixas]

Pois é, além disso, Gomes Freire foi autorizado pela Coroa a extinguir a Capitania de São Paulo. A extinção dessa capitania hereditária havia sido proposta por Gomes Freire ao Conselho Ultramarino alegando que com o crescimento de Vila Rica e outros importantes núcleos no interior do país, a governadoria de São Paulo havia se tornado desnecessária. Então, em 1753, após negociação com Gomes Freire e o Conselho Ultramarino, o último donatário da Capitania de São Paulo, Carlos Carneiro de Sousa e Faro, 1º Conde de Lumiares, aceitou vendê-la de volta a Coroa, sendo indenizado pelo rei D. José I. Dessa forma, a antiga capitania de São Paulo passava a condição de comarca (distrito) da capitânia do Rio de Janeiro, tendo como sede a vila de Santos. Santo ficava assim responsável por todo o território que compunha aproximadamente os Estados de São Paulo, do Paraná e interior de Santa Catarina. Quanto à região das Minas de Goiás e do Mato Grosso, que até então faziam parte da jurisdição de São Paulo, estas passaram a compor capitânicas próprias, governadas interinamente por quem? Por Gomes Freire, até que seus respectivos governadores fossem indicados pelo governo em Lisboa. A Capitania de São Paulo, no entanto, voltaria a ser recriada alguns anos depois, em 1765, após a morte de Gomes Freire, mas dessa vez como Capitania Real, tendo como o seu primeiro governador e capitão-geral nomeado pela Coroa, Luís António de Sousa Botelho Mourão.

Aqui é importante fazermos um parêntese sobre a “questão de São Paulo.” Como já dissemos, a Coroa portuguesa tinha preferência pelas Capitânicas Reais (em que os cargos eram preenchidos por nomeação) em vez das Capitânicas Hereditárias (em que os cargos eram herdados). As capitânicas hereditárias tinham o “inconveniente” de obrigar o poder central a negociar com uma elite local, enquanto as capitânicas régias, ou capitânicas reais, permitiam uma maior centralização do poder político. Mas, não apenas isso, as capitânicas régias permitiam igualmente uma maior “racionalização” do Estado português. Tanto Gomes Freire quanto o Marquês de Pombal foram expoentes do

“iluminismo português” e fizeram grandes esforços para tentar criar uma máquina pública mais coerente para o império, até então muita dispersa e notadamente marcada por relações um tanto quanto familiares. Como vimos, até a metade do século XVII, São Paulo ainda era uma capitania hereditária, governada pelos descendentes do fundador de São Vicente, Martim Afonso de Souza. O “desmembramento de São Paulo” e a extinção da capitania foi a forma encontrada pelo governo central de revogar-lhe o caráter hereditário e substituí-lo por um regime de governadores e capitães-gerais nomeados pela Coroa, como já acontecia no Rio e na Bahia desde o século XVI, e em Minas Gerais, desde a sua fundação no início do século XVIII.

Uma outra questão que se impunha no caso de São Paulo, era o fato de que o interior paulista havia se tornado quase uma sociedade a parte da sociedade luso-brasileira do litoral. A começar pela língua: diferentemente de São Vicente e Santos, onde se falava português, nas vilas interioranas de São Paulo era mais corrente o uso da **Língua Geral Meridional** ou **Língua Geral Paulista**. Apesar de não haver quadros nem representações dessa época que retrate, que fale dos “verdadeiros paulistas”, as populações paulistas originais, formadas em sua maioria de mestiços, muito provavelmente se assemelhavam mais a uma espécie de “República do Paraguai” brasileira do que a um vilarejo português. Por exemplo, em uma das cartas que um dos governadores de Pernambuco, o Marquês de Montebelo, enviou a Lisboa no período da guerra contra Palmares, ele relatou que não conseguia entender o que dizia o paulista Domingos Jorge Velho e que foi preciso recorrer ao auxílio de um padre pra poder fazer a interpretação do que ele falava.

[31:05]

[Igor Alcântara]

Até hoje é assim, viu Francisco?

[31:11]

[Francisco Seixas]

Ah. para de gracinha aí rapaz...

[risos]

Olha só, outra testemunha que descreveu como era a população de São Paulo em fins do século XVII e início do séc. XVIII foi o padre português, António Vieira. Segundo António Vieira: “é certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mestiça e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”.

Assim a decisão de desmembrar São Paulo e trazer lideranças diretamente de Portugal para essa região, fazia parte de uma conjuntura maior de reorganização do Império português, que culminaria na expulsão dos jesuítas, na extinção da Língua Geral Paulista (ou Meridional) e na substituição das populações luso-índigenas. As elites e as milícias mestiças locais (descendentes de Tibiriçá e outros chefes indígenas aliados dos portugueses) seriam substituídas por lideranças “mais aporuguesadas”. O ensino passaria a ser uma prerrogativa do Estado e não mais da Igreja, de forma a garantir uma

maior “uniformidade cultural” do Império, o que implicava numa unificação da língua falada pelos súditos do rei português. Enquanto isso, os artesãos e camponeses ameríndios treinados pelos jesuítas (livres e/ou escravizados) seriam substituídos por trabalhadores braçais africanos escravizados, garantindo assim um maior controle da Coroa sobre suas possessões no Brasil (afinal, a Coroa tinha controle do comércio ultramarino de escravos, mas não do interno. Além do quê, o comércio de escravos africanos era a principal fonte de renda do Império português, mais até do que o ouro e o diamante das Gerais, a prata de Potosí ou o comércio de especiarias na Ásia).

Essa opção consciente por um modelo de sociedade que favoreceu o uso de escravos africanos no lugar de trabalhadores ameríndios cristianizados ficará ainda mais patente num evento que narraremos a seguir e que marcou a consolidação brasileira no sul do Brasil: **a Guerra Guaranítica**.

A Guerra Guaranítica

[33:00]

[Igor Alcantara]

[Eu sei que nossos ouvintes gostam de guerra, então vamos falar de guerra].

Essa escalada belicista na fronteira meridional dos domínios de Portugal e Espanha culminaram no Tratado de Madri, em 1750. Nesse tratado ficou acertado que Portugal desistiria da Colônia do Sacramento em prol da Espanha que em recompensa doaria todas as terras dos Sete Povos das Missões a Portugal. Essa região corresponde ao centro-noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul e essa nova divisão estabelecia o rio Uruguai como a fronteira natural entre os domínios de Portugal e Espanha.

As populações ameríndias dos **Sete Povos das Missões**, no entanto, recusaram-se a deixar suas terras e a se transferir para a banda oriental do rio Uruguai. Eles alegavam serem “bons cristãos” e “súditos leais” do rei de Espanha, e portanto tinham direito de permanecer na sua terra, que além do mais, pertencia a eles desde antes da chegada dos padres. Com o apoio parcial dos jesuítas, no início de 1753, os guaranis missioneiros começaram a impedir os trabalhos de demarcação de fronteira e anunciaram oficialmente a sua decisão de não sair do Rio Grande do Sul. Em resposta, as autoridades enviaram tropas contra os nativos, que contra-atacaram, iniciando o evento que ficou conhecido como o Francisco falou, de Guerra Guaranítica, em 1754.

Essa guerra foi um verdadeiro massacre, pois os portugueses e espanhóis se organizaram num único e poderoso exército, abastecido com armas de fogo e canhões, contra os sete povoados. Gomes Freire veio do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul e liderou pessoalmente a guerra, tendo tomado parte dos combates, chegando a ser inclusive ferido. Os castelhanos, vindos de Buenos Aires e Montevideú, atacaram as Missões pelo sul, enquanto os luso-brasileiros, enviados do Rio de Janeiro, e sob o comando de Gomes Freire, entraram pelo rio Jacuí.

Apesar disso, os guaranis ainda conseguiriam resistir às investidas luso-espanholas por quase dois anos. Diante da resolução dos indígenas, Gomes Freire tentou uma solução diplomática, tendo tido várias reuniões com um dos líderes guaranis capturados, Crisanto Nerenda, chefe do povo de São Luís. Segundo disse o governador ao chefe missioneiro, todos os índios que se

rendessem seriam imediatamente perdoados, bem tratados e integrados à sociedade portuguesa. Além disso, Gomes Freire buscava convencer Crisanto que o verdadeiro inimigo dos portugueses não eram os guaranis, mas sim os jesuítas. Era uma visão comum em Portugal que a Ordem dos Jesuítas havia crescido tanto em poder e influência que havia se tornado um poder paralelo, fora do controle da Coroa. Vale lembrar que a administração do Marquês de Pombal ficaria marcada entre outras coisas pela expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses.

[Uma coisa que lembra com grandes diferenças, foi o que aconteceu, por exemplo com os Templários]

Como Gomes Freire não conseguiu convencer Crisanto de suas boas intenções, ele redigiu e enviou cartas a todos os chefes guaranis - que eram, diga-se de passagem, todos alfabetizados - ultimando-os a se renderem. Caso resistissem, todos seriam destruídos. O maior líder dos guaranis nesse conflito foi o capitão **Sepé Tiaraju**. Ele recusou os termos propostos por Gomes Freire e optou pela guerra, tendo sido o comandante-em-chefe do exército guarani até fevereiro de 1756, quando foi morto na **Batalha de Caiboaté**, no interior da cidade de São Gabriel. Findada a liderança de Sepé Tiaraju, as forças guaranis perderam muito do seu ímpeto, vindo a ser definitivamente destruídas em maio de 1756. Hoje em Caiboaté há um monumento em homenagem as vidas perdidas nessa batalha. Há também uma cruz de 5 metros de altura em alvenaria que substituiu uma cruz de toras de madeira cravada no local por padres jesuítas logo após a batalha.

A nível de curiosidade, existe um filme hollywoodiano sobre a guerra guaraníca, de 1986, com Jeremy Irons e Robert de Niro, com trilha sonora de Ennio Morricone. O filme ganhou entre outros prêmios o Oscar de Melhor Fotografia, o Palma de Ouro de Melhor Filme e os Globos de Ouro de Melhor Trilha Sonora e Melhor Roteiro.

[NOME DO FILME: A Missão. Jeremy Iron = Padre Gabriel; Robert de Niro = Mendoza (mercador de escravos)]

Formação da capitalidade do Rio e a unificação do território luso-brasileiro

[37:00]

[Francisco Seixas]

Mas, Jorge, além do genocídio que perpetrou aqui no sul a mando de Portugal e Espanha, o que mais fez esse Gomes Freire durante a sua governadoria?

[38:00]

[Jorge]

Gomes Freire estava decidido a promover as artes e o desenvolvimento não só do Rio de Janeiro (que era a capitania que ele veio governar originalmente) mas de todo o seu domínio na “repartição sul”. Já em 1736 criou a primeira associação literária e científica do Rio de Janeiro, a Academia dos Felizes, que teve como presidente o médico português radicado no Rio, Matheus Saraiva. O lema da academia era: “Hércules afugentando com a clava o ócio.” A Academia dos Felizes desapareceu em 1740, mas fomentou na elite intelectual do Rio a

ideia de criar uma tipografia. O que de fato ocorreu sete anos mais tarde, em 1747, quando Gomes Freire autorizou - a revelia de Lisboa - que a tão sonhada tipografia carioca fosse construída. Foi a primeira tipografia do Brasil e era operada pelo português Antônio Isidoro da Fonseca. As primeiras obras impressas em terras brasileiras foram um folheto relatando a viagem de vinda do recém-nomeado bispo do Rio de Janeiro para a cidade, uma tese de teologia de um padre jesuíta, uma coletânea de poemas e os manuais de artilharia e de bombeiro escritos pelo brigadeiro e engenheiro militar, José Fernandes Pinto Alpoim, professor da Escola de Artilharia do Rio de Janeiro. Contudo, a tipografia teve que ser fechada pouco tempo depois por ordem do governo português, que ao descobrir a iniciativa do governador, não considerou tão "conveniente" assim à Coroa a ideia de imprimir livros na colônia.

Aliás, o brigadeiro José Alpoim que escreveu esses manuais militares foi o braço direito de Gomes Freire em muitas de suas outras iniciativas. No Rio de Janeiro, por exemplo, ele construiu a parte final e mais conhecida do Aqueduto da Carioca, que são os famosos Arcos da Lapa (a maior obra de engenharia do Brasil Colônia), construiu o Paço dos Governadores do Rio de Janeiro (posteriormente chamado de Paço Imperial), que foi a primeira construção da cidade do Rio a ter vidraças (um luxo para a época), construiu o sobrado dos Teles incluindo o Arco dos Teles (marco arquitetônico do centro do Rio onde viveria Carmen Miranda), construiu a Igreja e o Convento de Santa Teresa (o primeiro convento feminino da cidade feito para a ordem das Carmelitas), entre outras obras que visavam imprimir na cidade do Rio cada vez mais a imagem de uma capital.

Já em Minas Gerais, Alpoim projetou a nova planta da primeira capital mineira, a Vila de Ribeirão do Carmo, que havia sido destruída por uma enchente. Em 1745, após a implementação do plano urbanístico idealizado por Alpoim, Ribeirão do Carmo é elevada a condição de cidade e rebatizada como Mariana, em homenagem a rainha de Portugal, tornando-se, portanto a primeira cidade planejada de Minas Gerais. José Alpoim também contribuiu muito para a urbanização da Vila Rica de Ouro Preto, que só ganhou ares de cidade após o ano de 1750, ainda durante a gestão de Gomes Freire, período também em que Vila Rica passou a ser a capital de Minas Gerais. Em Vila Rica de Ouro Preto, Alpoim projetou o Palácio dos Governadores de Minas Gerais (que atualmente abriga o Museu de Mineralogia da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP).

Aliás, foi nesse período que se originou o **Barroco Mineiro**, que se tornaria a principal manifestação artística e arquitetônica do Brasil Colônia. Até então o estilo barroco nas colônias era restrito ao litoral, notadamente à Bahia e ao Rio de Janeiro, e bastante similar ao da metrópole, em Portugal. Foi Gomes Freire que, tencionando interiorizar a "civilização" na América portuguesa, estimulou e financiou o arquiteto português, Manuel Francisco Lisboa, radicado em Vila Rica desde 1724, a criar as primeiras igrejas barrocas do interior do Brasil. Entretanto, foi o filho que Manuel Francisco teve com uma escrava em Vila Rica que consagrou definitivamente esse estilo artístico nas Minas Gerais e imprimiu-lhe de uma originalidade brasileira. E nós estamos falando, é claro, de **Antônio Francisco Lisboa**, mais popularmente conhecido como o "**Aleijadinho**". Só a nível de curiosidade, apesar do engenheiro Alpoim ter projetado o Palácio dos Governadores de Minas, foi Manuel Francisco quem executou o projeto, tendo seu filho Aleijadinho como ajudante de obras.

Mas ainda falando do brigadeiro José Alpoim, não podemos deixar de citar que ele inventou nesse período uma máquina para querenar navios (ou seja, virá-los de ponta a cabeça), que acelerou a manutenção das embarcações no porto do Rio. Essa invenção foi de grande valia para a cidade, visto que desde fins do séc. XVII já era bastante comum que navios não apenas portugueses mas de várias nacionalidade viessem até a Baía de Guanabara para serem reparados e se reabastecerem de suprimentos, antes de seguirem viagem para Ásia ou regressarem para a Europa. Em 1754, Alpoim também foi responsável pela construção de uma nova Casa de Inspeção para o Rio de Janeiro, aprimorando e modernizando a alfândega e os portos da cidade.

Outra grande contribuição da dupla Gomes Freire e Alpoim para o Brasil foi ter enfrentado a árdua tarefa de demarcar as fronteiras meridional e oeste do Brasil, em cumprimento às cláusulas do Tratado Madri de 1750. Embora as fronteiras tenham sido alteradas nos séculos seguintes, as fronteiras demarcadas por Gomes Freire e Alpoim se assemelham muito as atuais fronteiras do país. Só como curiosidade pontual sobre a família Alpoim: no século seguinte (no século XIX), um dos descendentes de José Alpoim, o tenente de artilharia e agitador político carioca, Luís José dos Reis Alpoim, fundaria o Partido Farroupilha do Rio Grande do Sul.

[Recomendamos o **episódio #29** sobre a Revolução Farroupilha].

Alpoim também colaborou com o governador Gomes Freire na implementação do primeira agência de Correios de Minas Gerais, em Mariana. Em 25 de janeiro de 1663, que hoje é considerada a data simbólica de fundação dos correios brasileiros e o Dia do Carteiro, a Coroa portuguesa já havia estendido a jurisdição do Correio-Mor de Portugal para a América Portuguesa, nomeando o Alferes João Cavaleiro Cardoso para o cargo de Assistente de Correio-Mor das Cartas do Mar. A sede do Correio nas colônias americanas funcionava estrategicamente na Capitania do Rio de Janeiro, que desde os tempos de Salvador de Sá era o centro de operações logístico do Império português no Brasil (como vimos no **episódio #64**, sobre o Salvador de Sá, no século XVII, o transporte entre as colônias e a metrópole passou a ser feito a partir de comboios, que se reuniam na Baía de Guanabara). Desde 1730, entretanto, a Coroa havia proibido o serviço de correios para o interior do Brasil, em particular com a região das Minas Gerais, supostamente visando proteger informações a respeito do ouro. Apesar disso, visto a dificuldade de se governar uma região tão extensa sem um serviço de informações, Gomes Freire criou extraoficialmente um serviço de correios no triângulo Rio-Mariana-São Paulo, visando aprimorar o seu controle sobre essa região.

[Francisco]

[46:00]

Exatamente. Mas olha só:

Em 1748, Gomes Freire, então governador interino da recém-criada Capitania do Mato Grosso, dá prosseguimento na proposta de erguer uma nova vila-sede para a capitania (cuja sede inicial era um decrépito povoado em Cuiabá), bem nos limites da fronteira oeste definida pelo tratado, às margens do rio Guaporé. A opção por um local próximo do rio Guaporé foi ditada por razões geopolíticas.

Não só esse sítio era um posto avançado para vigiar as atividades das missões espanholas, como esse rio era a conexão imprescindível no quadro de um sistema integrado de comunicações projetado pelo Conselho Ultramarino, que finalmente estabeleceria uma ligação entre Belém do Pará e o extremo Oeste. Além disso, era imprescindível que a capital do Mato Grosso fosse localizada num local que oferecesse fácil comunicação com o Rio de Janeiro, e, portanto, fosse acessível por barco.

Além disso, segundo a recomendação de Gomes Freire ao Conselho Ultramarino, já em 1740, a criação de uma “verdadeira vila” às margens do rio Guaporé visava fazer “a colônia de Mato Grosso tão poderosa que seja respeitada pelos seus vizinhos [é claro que ele está falando dos espanhóis] e que sirva de baluarte de todo o interior do Brasil. Não só a presença de um oficial de alta patente e de tropas reais contribuiria para essa defesa como a nova capitania-geral simbolizaria a ocupação permanente pela Coroa do extremo Oeste, proporcionando uma base firme para a aplicação do *utipossidetis*.” Bom, gente, estão perguntando vocês aqui o que é *utipossidetis*. O que traduzido do juridiquês significa “princípio do direito internacional que, em disputas envolvendo soberania territorial, reconhece a legalidade e a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre a região em litígio”. Então em 1750, o primeiro governador nomeado pela Coroa para o Mato Grosso, que era o D. Antônio Rolim de Moura Tavares, o Conde de Azambuja, executa o plano de construção e, em 1752, inaugura a primeira capital *de facto* da capitania mato-grossense, que era a Vila Bela da Santíssima Trindade, que diferente do núcleo inicial em Cuiabá, foi uma cidade totalmente planejada por engenheiros militares no Rio de Janeiro (incluindo aí residência do governador e o quartel do regimento de dragões).

A Aula de Fortificação e Artilharia do Rio, que havia surgido para construir fortificações em torno de toda a Guanabara e fazer dela impenetrável após a invasão francesa de 1711, funcionava nessa época como uma espécie de “escola de engenharia informal”, sob o comando do já citado brigadeiro José Alpoim. Mais tarde, em 1792, esse curso daria origem então à **Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro**, que foi a primeira escola de engenharia do continente americano e a terceira do mundo, no prédio que hoje abriga o **Museu Histórico Nacional**. Quanto à Vila Bela da Santíssima Trindade, vale um último comentário que essa foi a primeira vez que o Império português empreendeu um projeto dessa magnitude numa região tão remota do Brasil. A população inicial da vila era de apenas 500 habitantes. De modo a favorecer o povoamento da região, o Conselho Ultramarino chegou mesmo a isentar de impostos os colonos que fossem residir ali. Pela sua destreza na execução desse ousado projeto de Vila Bela, o Conde de Azambuja, o primeiro governador do Mato Grosso, viria a ser nomeado anos depois, em 1767, Governador do Rio de Janeiro e Vice-rei do Brasil.

Também em 1748, sob os auspícios de Gomes Freire, é inaugurado no Rio de Janeiro, o primeiro teatro de recinto fechado do Brasil, que era o Teatro do Padre Ventura, também conhecido como a “Casa da Ópera”. Aqui vale uma explicação para esse nome aí: o termo “ópera” não significava no Brasil o que passaria a significar no século XIX. “Ópera” servia como resumo de toda atividade teatral, com ou sem música. A Casa da Ópera abrigava acrobacias,

mágicas, danças, teatro de prosa, solos instrumentais, trechos de óperas propriamente ditas, entre outras coisas. Ela ficava localizada no Largo do Capim, junto à antiga Rua do Fogo, próximo de onde hoje fica a esquina da Rua Uruguaiana com a Avenida Presidente Vargas. O almirante francês Bougainville, que esteve no Rio de Janeiro durante a governadoria de Gomes Freire, relatou que o elenco do teatro era composto “de mulatos”, em uma sala “muito bela”, onde se executava e representava trechos de mestres italianos, com uma orquestra dirigida por um “padre corcunda”. O Padre Ventura, o tal padre corcunda descrito por Bougainville, era ele próprio um notório tocador de rabeça (que é uma espécie rudimentar de violino). Esse teatro viria a ser destruído em 1769 num dos muitos incêndios que ocorreram na cidade do Rio.

[música]

[Igor]

[51:17]

Em 1752, Gomes Freire reuniu no Palácio dos Governadores do Rio de Janeiro uma segunda academia, a **Academia dos Seletos**, que tinha um viés apenas literário, e era parte das comemorações de sua promoção a patente de Mestre de Campo. Dessa academia participaram as principais figuras da sociedade carioca, como médicos, juízes e eclesiásticos. Houve dois fatos curiosos nesse grupo de “seletos” reunidos por Gomes Freire: o primeiro é que havia uma representante feminina (algo bastante atípico na época), a poetisa carioca **Ângela do Amaral Rangel**. Ângela era cega de nascença e acabou sendo imortalizada por Gomes Freire, que mandou publicar em Lisboa, numa coletânea batizada de “Júbilos da América”, os trabalhos apresentados pela Academia dos Seletos, que incluem alguns dos poemas de Ângela.

A segunda curiosidade foi a participação de um menino de 12 anos, na ocasião apenas como ouvinte, mas que viria a fazer história na literatura nacional. E aqui eu estou falando de ninguém menos que o mineiro **José Basílio da Gama**, natural da vila de São José do Rio das Mortes (atual cidade de Tiradentes). Ele havia vindo de Minas Gerais para o Rio para estudar no Colégio Jesuíta, e, com o auxílio de Gomes Freire, conseguiu viajar para Lisboa, onde completou os seus estudos. Mais tarde, Basílio da Gama tornou-se o único integrante brasileiro da Arcádia Romana, na Itália, período no qual escreveu a sua obra-prima, “**O Uruguai**”, o primeiro poema épico brasileiro. O Uruguai narra como o “grande herói” Gomes Freire de Andrada derrotou a república jesuítica dos Sete Povos das Missões.

[Jorge]

[52:52]

Só a respeito da obra Uruguai é porque nesse período toda essa região que pega do Rio Grande do Sul até o atual Uruguai era chamado genericamente de Uruguai, por isso o nome do poema é Uruguai e não Rio Grande.

Igor

[53:05]

Perfeitamente.

Uma grande vitória obtida pelo autoproclamado “General da Repartição Sul” nesse período foi a criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Aqui vamos entender melhor como foi essa história. Desde a sua chegada ao Rio, em 1733, Gomes Freire havia solicitado ao rei (na época, D. João V) a criação de um tribunal próprio para o Rio com jurisdição em todo o Centro-Sul, visando agilizar o processo jurídico daquela região. Até então, a única cidade a sediar um Tribunal de Relações no Brasil era a cidade de Salvador, e isso era motivo de constantes reclamações das capitanias do sul.

Um ano depois da chamada dele, em 1734, o rei D. João V já havia autorizado a criação desse tribunal do Rio, mas ele acabou sendo implementado apenas muitos anos depois, após a ascensão do Marquês de Pombal ao poder, na década de 1750. O Tribunal de Relação do Rio era completamente autônomo em relação ao de Salvador, respondendo apenas a Casa da Suplicação em Lisboa, e tinha jurisdição sobre todo o Centro-Sul e era dividido em 13 distritos: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes (atual Tiradentes, como eu falei), Sabará, Serro do Frio, Cuiabá, Goiás, Paranaguá, Espírito Santo, Campos dos Goytacazes e Santa Catarina. O Tribunal de Relação do Rio possuía 10 desembargadores e um chanceler e tinha o mesmo ordenado da Coroa que o Tribunal de Salvador.

Mas, é claro, Gomes Freire foi o primeiro presidente e regedor do Tribunal, e passou a receber um soldo adicional do governo português para exercer essa função, que era equivalente ao do Vice-rei na Bahia, do qual Gomes Freire se considerava um colega e não um subordinado. O edifício sede do Tribunal passou a ser a Cadeia Velha, onde até então funcionava a Câmara Municipal do Rio, e onde hoje está construído o Palácio Tiradentes, antiga sede da Câmara de Deputados Federais do Brasil e atual Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (a ALERJ). E só uma curiosidade aqui, a antiga Câmara de Deputados Federais foi construída nesse exato local porque Tiradentes havia sido mantido preso por três anos no Rio, na Ilha das Cobras, e aí foi transferido para essa Cadeia Velha nos dias que antecederam o seu enforcamento. Foi ali que foi proferida a sua sentença de morte, decretada pela rainha de Portugal, D. Maria I.

Voltando para Gomes Freire, outra grande contribuição do governador, dessa vez no âmbito da tecnologia militar, ocorreu no ano de 1762, quando ele criou a histórica “**Casa do Trem da Capitania do Rio de Janeiro**”, estabelecimento destinado a abrigar e reparar o equipamento de artilharia do Exército Colonial. O enorme arsenal acumulado na cidade tinha como propósito não só defendê-la de corsários, como os de 1711, mas igualmente assegurar a defesa de outras regiões da América Portuguesa. A Casa do Trem do Rio deu origem às atividades industriais bélicas do Brasil Colônia e foi precursora dos nossos arsenais de guerra. Por essa razão, o **Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército**, em Brasília, chama-se Gomes Freire de Andrade, em sua homenagem.

Além das obras de arquitetura e engenharia de grande envergadura promovidas por Gomes Freire, a centralidade do Rio de Janeiro também se acentuou nesse período. Paralelamente ao comércio exterior e a sua função de “elo logístico” do Império português (entre a Ásia e a Europa), desenvolveu-se na cidade do Rio o comércio colonial de cabotagem, que trocava, por exemplo,

escravos africanos por fumo da Bahia e por carne-seca e banha provenientes do sul do país.

Ao mesmo tempo, o Rio se articulou como praça atacadista da região central, vendendo escravos, alimentos e manufaturas importadas para Minas, Goiás e Mato Grosso, e recebendo deles pagamentos em ouro e diamantes. Além disso, tanto os pecuaristas no sul quanto as povoações no Brasil Central dependiam do sal fornecido pelo Rio (ainda que houvesse um monopólio da metrópole sobre esse último, o sal vindo de Lisboa era distribuído no Brasil a partir do Rio). Segundo o economista e ex-reitor da UFRJ, o prof. Carlos Lessa: “o Rio colonial era o epicentro desta complexa rede de relações comerciais. Era uma vila modesta, em termos demográficos, porém uma forte praça comercial e marítima.”.

[O vice-reinado e a transferência da capital para o Rio de Janeiro]

[Francisco]

[57:26]

Pois é. E nessa segunda metade dos anos 1700, entretanto, o Rio não crescia apenas em articulações comerciais e políticas, mas crescia também fisicamente, obrigando Gomes Freire a estender a cidade para além das quatro colinas e da planície onde ela havia se estabelecido nos dois séculos anteriores. Devido às invasões de 1710 e 1711, uma muralha havia sido construída nos fundos da cidade, entre os morros do Castelo e de Santo Antônio, supostamente para protegê-la de um ataque. No entanto, ela acabava impedindo a expansão da cidade em direção ao chamado “Campo da Cidade”, local onde os moradores do Rio Colonial levavam as suas vacas para pastar e onde ficavam os abatedouros da cidade. Como se tratava de uma construção de defesa, a tal muralha, mesmo sendo absolutamente inútil, não podia ser demolida pelos habitantes locais.

[Jorge]

Olha aí Francisco, parece até piada de português... Mas bom...

[58:15]

Apesar disso, né, e a revelia da proibição régia de construir edificações para além do muro, devido a falta de terrenos edificáveis no quadrilátero da cidade, nos anos 1750, já eram numerosas as chácaras na região do Campo da Cidade. Até o próprio governador já havia demarcado um lote no local para erguer a Nova Sé do bispado do Rio de Janeiro (no que viria a ser mais tarde a Igreja de São Francisco de Paula).

[58:40]

Por fim, devido a um pedido da Câmara Municipal do Rio, o rei D. João V concordou com a demolição do muro e a demarcação de novos terrenos edificáveis para a cidade, originando a ocupação de toda a região envolta das localidades conhecidas no Rio de hoje como Largo de São Francisco de Paula, Praça Tiradentes e Campo de Santana (ou Praça da República).

[59:00]

Além disso, visando “civilizar” a área mais nobre da cidade, o Largo do Carmo (que é a atual Praça XV) e a Rua Direita (que é a atual Rua Primeiro de

Março), que já começavam a ganhar ali ares “mais sofisticados”, o Gomes Freire mandou retirar dali o pelourinho e a forca - que ficavam permanentemente montados - e colocá-los ali no novo subúrbio da cidade, nas imediações do Campo de Santana (Essas coisas normalmente ficavam numa parte mais externa da cidade).

Só de curiosidade, esse local para onde o Gomes Freire moveu a forca foi o local onde o Tiradentes foi enforcado algumas décadas depois (mas não na Praça Tiradentes, como em geral se supõe, mas num lugar não muito longe dali - ninguém sabe ao certo exatamente onde ele foi enforcado, mas foi em algum lugar entre a praça Tiradentes e o Campo de Santana porque é uma distância muito pequena entre uma coisa e outra).

[59:50]

Outro grande acontecimento desse período foi a ocorrência de um tremendo terremoto em Lisboa a 1º de novembro de 1755, catástrofe essa que repercutiu em todo o Império português e obrigou os súditos reinóis e ultramarinos de D. José I a doarem volumosas somas de dinheiro para a reconstrução da capital, sobre a forma de taxações adicionais sobre o preço da carne verde, aguardente, vinho, vinagre, azeite, trânsito de equinos e bovinos pelo distrito da cidade, etc. Enfim, onde os portugueses conseguiram enfiar impostos eles enfiaram impostos alegando que era preciso reconstruir Lisboa.

[Igor]

[60:27]

É, esse grande terremoto de Lisboa e as consequências, enfim, só uma coisa que a gente normalmente não faz, a gente tem um episódio sobre isso prontinho para gravar naquela série que a gente fez o piloto “Temacast mais” então se a gente chegar um dia naquelas metas de contribuições que a gente estabeleceu a gente vai gravar e vai lançar este episódio para vocês no futuro.

[Jorge]

Olha aí pessoal! Vocês vão querer saber mais sobre o terremoto em Lisboa ou não? Mas, voltando aqui para o Brasil, que não foi afetado pelo terremoto mas pagou a conta.

Graças aos serviços prestados à Coroa, o rei D. José I lhe concedeu, em 1758, o título de 1º Conde de Bobadela - Então finalmente o Gomes Freire recebeu o título pelo qual ele é mais conhecido. Como Gomes Freire nunca foi casado, nem teve filhos, o título “Conde de Bobadela” foi herdado por seu irmão, José António Freire de Andrada, que o transmitiu a seus descendentes. Devido a grande notoriedade que havia alcançado no Rio, o senado da Câmara da Capitania do Rio de Janeiro propôs e aprovou uma lei que instituiu em 1760 que o retrato do conde fosse fixado na sala onde a câmara se reunia - Nem um pouco personalista.

[61:38]

Em 1759, Gomes Freire recebeu a incumbência do Marquês de Pombal de expulsar em definitivo os padres da Companhia de Jesus da cidade do Rio e de todas as vilas que estavam ali sob a jurisdição de Gomes Freire, e de

confiscar-lhes todos os bens. Pelo decreto real, todos os bens confiscados seriam incorporados ao patrimônio das respectivas Câmaras reais.

[61:59]

Em 16 de abril de 1761, chegava a carta régia de D. José I, rei de Portugal, para que Gomes Freire se transferisse para a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos e tomasse posse como Vice-rei do Brasil - Então o cara teve tanto sucesso que foi promovido a chefe de todo mundo.

Entretanto né, em resposta ao rei, o Conde de Bobadela argumentou que devido ao fato do novo governador nomeado para as Minas Gerais não haver assumido ainda o seu posto, e por considerar que as negociações com os espanhóis no sul da América portuguesa demandassem um administrador que residisse nas capitanias centrais, ele julgava que abandonar o governo do Rio de Janeiro “sem cabeça” incorreria em graves riscos aos negócios da Coroa.

[62:48]

Nas palavras de Gomes Freire na carta que escreveu ao Rei, “[o Rio é] o manancial de que pende e se fortifica a conservação do Reino e das Conquistas”, o que lhe fazia temer que “rota a âncora, [poderia] padecer o todo”. Alegava ser o Rio de Janeiro o maior “Empório do Brasil, pois tem este porto as circunstâncias de uma posição e defesa fortíssima e de uma barra incomparável. As principais forças militares que há no Brasil nele se acham; aqui entram, saem, e se manejam milhões [...] e a parte mais própria para dar socorros ao Norte ou ao Sul é sem questão este porto.” Na sua opinião, a cidade do Rio representava “a mais importante Joia deste grande Tesouro. Aqui correm e correrão ao diante os mais importantes negócios, tanto da Coroa, como dos Vassallos; e assim se deve contar como antemural destas Províncias, de onde se podem socorrer e animar as outras.”

[63:44]

Gomes Freire permaneceu à frente do governo do Rio pelos dois anos seguintes, sem jamais ir a Salvador assumir o posto de Vice-rei. Ele veio a falecer em janeiro de 1763. A última grande obra de Gomes Freire, o Arsenal da Marinha, localizado até hoje no centro do Rio, ao lado da atual Praça Mauá, que foi inaugurado poucos meses depois da sua morte. Gomes Freire foi enterrado no Convento das Carmelitas - Ali na Igreja de Santa Teresa -; convento este que ele mesmo havia mandado construir e era um dos principais financiadores, e como eu falei fica ali no bairro de Santa Teresa, também no centro do Rio.

[64:17]

Quatro meses depois, em 11 de maio de 1763, uma nova carta régia chegava às colônias, informando que o Conde da Cunha havia sido nomeado como o novo Vice-Rei do Brasil. A partir daquela data, entretanto, o Vice-rei passaria a residir na cidade do Rio de Janeiro e não mais na cidade de Salvador. A Coroa nunca explicou ou deu qualquer razão para optar pela transferência da capital para o Rio. As teorias mais aceitas, em geral, são que as disputas na região platina e a necessidade de um maior controle do fluxo de ouro de Minas - que nessa época já se encontrava em decadência, ali na metade do século XVIII a

mineração já estava em decadência no Brasil - acredita-se que esses foram os fatores determinantes, mas nunca houve uma explicação oficial, a coroa simplesmente falou: A capital agora é o Rio e é isso.

[65:05]

Em 21 de dezembro de 1763, o Conde da Cunha escrevia a D. José I, comunicando ter tomado posse do governo das colônias na praça do Rio de Janeiro. Após 200 anos buscando a sua autonomia em relação ao governo de Salvador, a “capital do sul do Brasil” passava agora a condição de “capital de todo os Brasis.” Condição essa que seria reforçada na década seguinte, em 1774, quando os Estados do Grão-Pará e Rio Negro e do Maranhão e Piauí fossem extintos e integrados ao governo único do Rio de Janeiro.

[65:39]

É, só para explicar aqui rapidamente:

Havia o Estado do Brasil e havia o Estado do Grão-Pará e do Maranhão - Que depois se dividiram em Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí e, nesse momento ali do Bobadela haviam três Estados na América Portuguesa e em 1774 eles são extintos, unificados com o Estado do Brasil tendo o Rio como sede desse novo governo.

A transferência da capital do Norte para o Centro-Sul e a unificação dos Estados do Norte ao governo do Rio foi a última vitória política do Conde de Bobadela ainda que tenha sido “pós mortem”.

Descendência

[Francisco]

[66:14]

Pois é, mas a influência de Gomes Freire de Andrada, no entanto, atravessou o tempo. Apesar de não ter tido descendência própria, muitos parentes de Gomes Freire se estabeleceram no Brasil no século XVIII e participaram de muitos eventos importantes na história do país.

[66:30]

O seu irmão mais velho, José António Freire de Andrade - e olha só gente: não errei não, não era para ser Andrada. É porque nessa família dependendo de quem fosse, uns grafavam Andrada e outros grafavam Andrade.

E também este José Antônio Freire de Andrade foi governador interino do Rio quando Gomes Freire tomou parte da Guerra Guarânica. José António era amancebado com Maria do Bom Sucesso Corrêa de Sá, uma descendente de Salvador de Sá. O filho do casal, e, portanto um dos sobrinhos de Gomes Freire, o carioca Francisco de Paula Freire de Andrade, foi um militar luso-brasileiro, amigo de Tiradentes e um dos patrocinadores da Inconfidência Mineira, tendo sido punido com o exílio em Moçambique pelo seu envolvimento na insurgência, de onde nunca retornou, apesar de ter recebido o perdão real do príncipe D. João VI em 1808 (e Francisco esse aí morreu em Luanda, durante a viagem de volta para o Rio). Um dos filhos de Francisco de Paula com a sua esposa, a filha do guarda-mor de Minas, Isabel de Oliveira Maciel, se chamava Gomes Freire de Andrade em homenagem ao seu tio-avô, e

tornou-se o Primeiro Barão de Itabira: um dos antepassados de Carlos Drummond de Andrade. O que faz de Drummond seja um dos descendentes de Salvador de Sá! Só por curiosidade, o filho de José António Freire de Andrade com a sua esposa legítima - não com a mulher lá que ele se amancebou, que era - a esposa legítima era - Antonia Xavier Lencastre de Almeida e Bourbon, que também se chamava Gomes Freire de Andrade como seu tio e seu sobrinho brasileiro, e que herdou o título de conde do pai, tornando-se o 3º Conde de Bobadela, ele também foi um oficial de cavalaria, tendo participado de uma guerra que abordamos aqui no TC no episódio #63, a Guerra dos Pirineus.

[Igor]

[68:26]

Outro irmão de Gomes Freire, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, foi governador-geral da Capitania de Pernambuco entre 1737 e 1746. Henrique Luís foi responsável por expulsar os franceses da Ilha de Fernando de Noronha e reintegrá-la a Capitania de Pernambuco. A ilha tinha ficado abandonada pelo governo de Pernambuco desde a expulsão dos holandeses e por fim os franceses acabaram por ocupá-la, renomeando-a para “Isle Dauphine”, a “Ilha Golfinho”, em francês. Após destruir a ocupação francesa em Fernando de Noronha, em 1737, Henrique Luís transformou a ilha num desterro para todos os “vadios” (palavras dele e não nossa) e vadios aqui ele queria dizer os ciganos do Brasil. Além disso, ele também construiu a nova ponte do Recife, utilizando os alicerces da ponte construída por Maurício de Nassau no século XVII, e a ponte do Varadouro em Olinda, além de reconstruir outras pontes, como a de Afogados e da Boa vista. No seu governo também foi criada, em 20 de janeiro de 1735, a Junta de Justiça Criminal de Pernambuco, com poderes de condenar a morte criminosa, sem precisar enviá-los a Bahia.

[Jorge]

[69:38]

Pois é, e outro dos parentes de Bobadela estabelecido no Brasil, José Ribeiro de Andrada, administrador dos contratos de dízimos das alfândegas dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, e este senhor viria a ser o avô da “grande trindade dos Andrada”: os paulistas José Bonifácio de Andrada (“o patriarca da independência”, presidente da Província do Rio de Janeiro e Ministro do Império), Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Ministro da Fazenda e deputado do Império) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva - meu deus - (um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817, primeiro-ministro e deputado do Império).

Jabá

[Música]

[Francisco]

[70:26]

Pois é gente esse aqui foi o nosso episódio sobre o conde de Bobadela, nós vamos agora para o nosso bloco de jabá e eu vou convidar o Igor Alcântara para fazer o seu.

[Igor]

[70:36]

Pois é, olha eu recebi já vários *feed backs* de ouvintes que leram o meu livro mais recente o “Mutuwa” que é um livro de contos. Gostaram dos meus contos e tal.

Então eu vou convidar os ouvintes a conhecer um outro livro que eles ainda não conhecem que é o “Hendecágono” - é um livro com onze contos. Ele tem aquela mesma ideia do Mutuwa em que todos os contos são conectados, então você tem duas obras em uma: você tem cada uma das histórias separas que são independente, você não precisa ler um conto para entender o outro, mas ao final, quando você termina o livro, como eles se conectam - como o personagem de um conto está no outro - você tem um romance por trás daquela obra ali.

[71:16]

O tema central do “Hendecágono” é a solidão.

São onze contos, cada um deles aborda um aspecto diferente da solidão. E a jogada aqui é que a união destes contos é a forma de quebrar este ciclo infinito da solidão.

Então você pode conhecer este livro e outros livros meus lá no meu site no “igoralcantara.com.br”

[Francisco]

[71:37]

Exatamente e você “Jorgito” que hablas:

[Jorge]

Como sempre né, vou fazer aqui o jabá do próprio Temacast - pedir a você que nunca nos escreveu que nunca interagiu ainda com nossa equipe - que você nos escreva, se você tiver aí facebook entre lá no grupo saiba mais e participe lá da interação com o pessoal, não só conosco mas com o outros ouvintes.

Comente no site.

Se você usa aí iPhone vai lá no Itunes Store e dá cinco estrelas pra gente.

Tudo isso você está colaborando com o Temacast.

E claro se você puder colaborar financeiramente - a gente vai aqui reforçar isso né, não é porque a gente está pretendendo ficar milionário com o Temacast mas é porque o Temacast tem um custo e este custo está crescendo conforme o número de ouvintes está crescendo e aí fica inviável né?..

[Francisco]

[72:21]

E agora eu vou perguntar para o Igor: Igor para onde a gente vai meu querido?

[Igor]

Olha o ouvinte está esperando a gente falar que vai para a leitura de comentários - se enganou - agora a leitura de e-mails e comentários acontece ao vivo.

Isso mesmo - através de um evento hangout que a gente vai fazer que será, a princípio, uma vez por mês. E para você saber a data específica do evento que você tem que entrar, inclusive com interação com os ouvintes: você entra lá no nosso grupo no Facebook, o SaibaMais - você pode até encontrar o link aqui

na postagem deste episódio e lá você vai ver informações de quando será o próximo *hangout* onde a gente vai fazer essa leitura de e-mails e comentários.

[Francisco]

[73:14]

Então eu quero deixar um abraço para vocês dois e um forte abraço para os nossos ouvintes e um bye bye

[Igor]

Tchau tchau pessoal.

[Jorge]

Valeu pessoal - até a próxima.